



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social**

## **QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS PARA PROBLEMATIZAR A SOCIEDADE BRASILEIRA**

**LAURA MARCELINO LEAL <sup>1</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo problematizar as desigualdades raciais engendradas na sociedade brasileira. A seção I discute a escravidão com marca estrutural na sociedade brasileira. A seção II apresenta indicadores que evidenciam que racismo opera em nossa sociedade. A seção III reflete sobre o Serviço Social e a questão racial e aponta para um aumento da produção acadêmica.

**Palavras-chave:** questão étnico-racial; indicadores; serviço social

### **Abstract**

This article aims to problematize the racial inequalities engendered in Brazilian Society. Section I discusses slavery with a structural mark on Brazilian Society. Section II presents indicators that show that racism operates in our society. Section III reflects on Social Work and the racial issue and points to an increase in academic production.

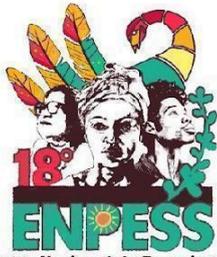
**Keywords:** ethnic-racial issue; indicators; social service

### **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo problematizar as desigualdades raciais engendradas na sociedade brasileira, que evidenciam relação direta com o passado colonial, escravocrata e de capitalismo periférico. Para realizar este debate na primeira seção faremos a discussão da escravidão como marca estrutural na sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, abordaremos aspectos históricos do período da escravidão na relação com a dinâmica pós-abolição e a inserção do negro na sociedade de classes, nos termos de Fernandes (1978). Esta inserção do negro na sociedade é apontada pela literatura como negação dos direitos de cidadania.

Na segunda seção utilizamos indicadores para evidenciar que racismo opera na sociedade brasileira. Para tal, usaremos como referência os dados do Atlas da Violência de 2023, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2011, na edição sobre *Retrato das desigualdades de gênero e raça*.

Na terceira seção vamos discutir o Serviço Social e o debate da questão racial, de forma a trazer alguns apontamentos presentes na literatura. Realizamos um breve histórico da gênese profissional onde é explícita a influência da igreja, sobretudo, católica e do conservadorismo na profissão. Além disso, compreendemos que a relação entre a profissão e a questão étnico-racial deve ser estruturante tanto da formação quanto do exercício profissional. Ademais, realizamos uma pesquisa em dez periódicos do Serviço Social, onde percebemos que tivemos um aumento significativo nas produções, principalmente a partir de 2018.

## **A escravidão como marca estrutural na sociedade brasileira**

Para discutirmos as questões raciais na contemporaneidade é essencial considerarmos o processo histórico, haja vista que este nos evidencia elementos do passado, que repercutem no presente e podem sinalizar tendências para futuro, sendo de suma importância para a compreensão da realidade. Dessa forma, é imprescindível para uma reflexão que busque os fundamentos do racismo na sociedade brasileira, um debate que considere o modo de produção capitalista, a escravidão e o colonialismo.

Neste sentido, é crucial analisarmos a relação entre os acontecimentos históricos, uma vez que estes trazem marcas importantes para a história de um país. No que tange o Brasil, por exemplo, esteve entre os territórios explorados da América, tendo sido colônia de Portugal<sup>1</sup> entre os séculos XVI e XIX. A busca por territórios teve o intuito de satisfazer os interesses comerciais da Europa. Nesta acepção, é possível fazermos uma relação entre o colonialismo, a busca por capital e a exploração do trabalho, principalmente dos negros.

---

<sup>1</sup> De acordo com Leite (2017, p.66) "(...) visando lucros cada vez mais altos e rápidos, os portugueses resolveram "entrar no negócio" da comercialização e escravização de humanos".



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Leite (2017) sinaliza que muitos escravos que vieram para a América tiveram como destino o Brasil<sup>2</sup>. A autora (2017, p.64) aponta no que se refere ao tráfico, “via oceano Atlântico, foi um grande investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um novo sistema econômico mundial”. Desse modo, a escravatura tornou-se um dos negócios mais lucrativos, tanto para a metrópole quanto para a aristocracia brasileira. É necessário salientar que este processo foi marcado por lutas, por parte dos escravizados, estas eram ora mais abertas, ora mais veladas, a depender da conjuntura.

Neste sentido, Leite (2017) considera a abolição da escravatura em 1888 por viés crítico, de forma que indica que este acontecimento histórico não foi uma benesse da Princesa Isabel, embora alguns defendam e deem protagonismo a assinatura da Lei que estabeleceu a abolição.

É importante ressaltar que a situação do negro pós-abolição foi pouco modificada. Haja vista que não foram tomadas medidas eficazes de reparação histórica a expropriação dos negros durante a escravatura.

Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativo havia criado. A Lei Áurea aboliu a escravidão, mas não o seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de feito limitado (COSTA, 2008, p.12).

Nesta acepção, a inserção dos ex-escravos na sociedade se deu de forma incipiente no que tange os direitos de cidadania. Dessa forma, Costa (2008, p.137) refere que a impressão que se tem é de que “a maioria tinha estado mais preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros o direito de cidadania”.

Neste debate, Fernandes (1978, p.15) discute a situação do “negro na emergência da sociedade de classes” e aponta que

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios

<sup>2</sup> Nas palavras da autora (2017, p.65) “Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente para o nosso país cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão moderna”.

materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1978, p.15).

Por conseguinte, para além das disputas com os “trabalhadores nacionais”<sup>3</sup>, os ex-escravos também tiveram a concorrência dos imigrantes europeus<sup>4</sup>. Fernandes (1978, p.17) refere que “as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho”. Logo, mais uma vez o negro foi cerceado de direitos, de igualdade, embora tivesse o título de “livre”.

Fernandes (1978b, p.117) relata que estes processos se acirram ainda mais em virtude da industrialização e da urbanização acelerada da sociedade brasileira. Em suas palavras: “(...) essas transformações associaram-se à mudança da estrutura demográfica, econômica e social da cidade, ajustando-a melhor aos requisitos normais da ordem competitiva”. É necessário reiterar que essa disputa ocorre com pontos de partidas distintos, sendo o ex-escravo o mais prejudicado.

Gomes (2008, p.3) sinaliza que “a partir da independência do Brasil, em 1822, o Estado e os intelectuais (...) voltaram-se para a construção de uma Identidade Nacional”. É nesse contexto dos anos de 1840 que surge a ideia de democracia racial<sup>5</sup> e que se aprofunda nos anos posteriores. Segundo Gomes (2008)

A partir das décadas de 1920 e 1930, frente à crise mundial do liberalismo e a decadência das oligarquias brasileiras, o nacionalismo foi reforçado como alternativa para o Brasil. O Populismo da Era Vargas, na construção da Identidade Nacional, defendeu a mestiçagem e a harmonia entre as raças – instaurando o Dia da Raça e apoiando-se nos intelectuais e no Departamento de Imprensa e Propaganda. (...). Neste sentido, a mestiçagem torna-se positiva, ou seja, é uma mistura de diversas culturas, consolidando-se, assim, a mestiçagem positiva como característica nacional, criando-se um imaginário de que no Brasil as três raças formadoras da nação viviam em harmonia – o que os críticos irão chamar de mito da democracia racial brasileira (GOMES, 2008, p.4-5).

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Fernandes (1978, p.17).

<sup>4</sup> Essa concorrência com os imigrantes europeus se deu principalmente em torno das ideias de branqueamento da sociedade brasileira. Conforme destacamos, o Brasil foi um dos países que mais receberam escravos, logo havia muitos negros. Nesse sentido, Hofbauer (2011) refere que a ânsia de “branquear” a população brasileira aparece como perspectiva de transformar uma “raça inferior” em uma “raça superior”. Este debate da ideia de branqueamento tem relação direta com a eugenia. Para um maior aprofundamento sobre o branqueamento no Brasil, ver em: Hofbauer (2011) – “Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil”.

<sup>5</sup> Sobre o uso dessa expressão é necessário salientar no que tange a obra de Gilberto Freyre que “em nenhum dos capítulos de Casa-Grande & Senzala, incluindo as notas volumosas desses capítulos, está impressa a expressão ‘democracia racial’” (VIANNA, 2001, p.215 apud GOMES, 2008, p.6).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesta acepção, disseminar uma ideologia de que povos conviviam em harmonia na sociedade brasileira foi essencial tanto do ponto de vista econômico, quanto político e social. Dessa forma, destacamos principalmente no que se refere às lutas sociais, uma vez que o instrumento da democracia racial foi fundamental como tentativa de apaziguar os movimentos contestatórios, de expor o racismo da sociedade brasileira.

É fundamental analisarmos o racismo por um viés totalizante, estrutural<sup>6</sup> e histórico, isso não significa atribuir/determinar que sempre será assim, num profundo determinismo, até porque a realidade está em contínua transformação, e há diferentes atores que tencionam cotidianamente as relações sociais. Nesse sentido, Almeida (2018) nos esclarece que

(...) o uso do termo estrutura não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que as ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que os indivíduos que cometem atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico, político do racismo. (...). Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas (ALMEIDA, 2018, p.39-40).

O estudo da formação sócio-histórica brasileira demonstra o quanto o fato de termos sido um país colonizado, escravocrata e de capitalismo dependente marcaram e marcam as nossas relações sociais, sendo as raízes que acirram a luta de classes, o racismo, as questões de gênero e sexualidade, por exemplo. Nesse sentido, é urgente darmos visibilidade e reflexões contínuas, no sentido de avançar a imediaticidade e compreender que estes elementos fazem parte de uma dinâmica que perpassa a sociabilidade do capital.

## **Indicadores que evidenciam que o racismo opera na sociedade brasileira**

O objetivo de utilizar indicadores neste artigo é evidenciar o quanto que o racismo ainda opera na sociedade brasileira, seja nos índices de violência, na educação, no mercado de trabalho. Em diversas instâncias, a herança da escravidão, da colonização ainda se faz presente no cenário atual, logo, o racismo não é algo do passado. Nesse sentido, é urgente enfrentarmos

---

<sup>6</sup> Almeida (2018, p.39) refere que “a ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tais desafios a partir de uma análise totalizante e histórica da realidade social, que realize as mediações entre a dinâmica macro e microsocial. Isto é, é necessário compreendermos a dinâmica do capital, que aprofunda ainda mais as desigualdades ao buscar incessantemente o lucro, e também do Estado que tem papel fundamental em viabilizar o processo de acumulação capitalista e tem tido papel central no encarceramento em massa e na ostensividade policial.

Ao analisar o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2023 acerca da violência letal contra mulheres negras e não negras no Brasil, verificamos que

Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Isso representou 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Entre as mulheres não negras, esta taxa foi de 2,4 por 100 mil, número quase 45% menor. Na comparação das taxas, o risco relativo de sofrer um homicídio é 1,8 vez maior entre as mulheres negras do que entre as não negras. Em alguns estados, o risco de ser vítima de homicídio foi mais que três vezes maior entre as mulheres negras do que entre não negras. É o caso do Rio Grande do Norte, onde, em 2021, a taxa de homicídios de mulheres negras foi 4,1 vezes maior do que a de mulheres não negras. Destacam-se também Sergipe e o Ceará, onde o risco relativo de homicídio entre mulheres negras foi 3,6 e 3,2 vezes maior, respectivamente (IPEA, 2023, p.47-48).

Os dados trazidos pelo *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (2011)<sup>7</sup> do IPEA e colaboradores no quesito educação a média de anos de estudo no ano de 2009 são maiores entre as mulheres brancas (9,7), seguido de homens brancos (8,8), mulheres negras (7,8) e homens negros (6,8). A taxa de desemprego em 2009 é maior no grupo de mulheres negras (12,5), seguidas das mulheres brancas (9,2), homens negros (6,6) e homens brancos (5,3). (IPEA, 2011). Com relação à Previdência e assistência social, o estudo IPEA (2011) apresenta a distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do/da chefe em 2006. Sendo que 70% destas residências que recebem este benefício são chefiadas por negros (as) e 30 % por brancos (as) (IPEA, 2011, p.25). Já em relação à Previdência Social os índices são distintos, uma vez que esta política se configura a partir do seguro social, isto é, exige contrapartida financeira, a inserção no mercado formal de trabalho.

Compreendemos que empírica e estatisticamente o racismo opera na sociedade brasileira. Contudo, ao buscar dados temos certas dificuldades. Por exemplo, dispomos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatório de novembro a janeiro de 2024. A pesquisa em tela apresenta dentre os indicadores: taxa de desocupação, taxa de ocupação, nível da ocupação, taxa de subutilização da

<sup>7</sup> Buscamos dados mais atualizados. Porém, a 4ª edição e última edição do *Retrato das desigualdades de gênero e raça* do IPEA foi publicada em 2011.

força de trabalho e rendimento médio habitual. Ressaltamos, portanto que nenhum dos marcadores apresentados no documento dialogou com informações étnico-raciais.

Entendemos que a avaliação de um indicador não deva ser tomada em si, haja vista que há mediações sociais, econômicas, políticas e étnico-raciais. Portanto, ao buscar essas informações esse horizonte é fundamental, considerando os seguintes elementos: marcadores étnico-raciais na maioria das vezes não aparecem nas publicações, quando aparecem podem estar pontualmente indicados e não como algo estrutural. Apreendemos que essas objeções tem um sentido de ser, dessa forma, “ocultar” o racismo presente na sociedade brasileira, e indicar que viveríamos permeados pelos ideais de democracia racial, o que assimilamos ser uma falácia.

Ressaltamos a importância de dados empíricos para atingirmos elementos fundamentais para o debate étnico-racial, para trazer as problematizações. Todavia, é necessário ir além, no sentido de incorporar o quesito raça-cor, e ter uma visão macrossocial da classe trabalhadora brasileira, considerando-o o perfil étnico-racial e a formação sócio-histórica do país. Esses dados estatísticos são imprescindíveis para a formulação de políticas sociais, para conhecer a população atendida, para evidenciar o quanto o racismo não é algo que ficou no passado do país, pelo contrário, é metamorfoseado cotidianamente e indicam os dilemas vividos pela população negra na busca pela sobrevivência. Significa, como é viver em um país escravocrata, de capitalismo dependente, onde há um aprofundamento das desigualdades sociais. Além disso, essas informações podem ser uma “possibilidade político-pedagógica que pode contribuir para um processo de valorização e pertença da identidade racial dos (as) usuários (as)” (FORNAZIERA, T.; GONÇALVES, G; FÁVARO, T; 2023, p. 135).

## **O Serviço Social e a questão racial**

É fundamental ao analisarmos a relação entre Serviço Social e a questão racial, considerarmos alguns elementos acerca da gênese profissional no Brasil. Neste sentido, lamamoto (2013, p.21) sintetiza que “o Serviço Social emerge como uma atividade com mais bases doutrinárias do que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. Tal constatação incide em implicações em diversos âmbitos, na questão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em aspectos endógenos e exógenos à profissão. Portanto, na maneira como a profissão se vê e é vista pela sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste período é explícita a influência da igreja, sobretudo, católica e do conservadorismo na profissão. Além disso, Iamamoto e Carvalho (2012) ainda salientam o fato referente a demanda social, na medida em que a profissão surge para atender aos interesses das classes dominantes em detrimento das lutas empreendidas pelo proletariado em busca de cidadania social.

É imprescindível fazermos uma análise histórica da profissão, não por um viés histórico-linear, e sim para entender as mediações entre o passado e presente, considerando a conjuntura de cada época, em um processo marcado por continuidades e rupturas que incidem diretamente no cotidiano profissional.

Esta perspectiva não visa justificar o suposto fato de que o debate étnico-racial tenha sido secundarizado pelo Serviço Social. Ao contrário, enfatizamos a necessidade de perceber as relações sociais pela ótica da totalidade.

A relação entre a profissão e a questão étnico-racial deve ser estruturante tanto da formação quanto do exercício profissional. Em compreender como as relações sociais foram estabelecidas na sociedade brasileira, e quais são as populações atendidas prioritariamente pelas políticas sociais (que são os principais espaços sócio-ocupacionais). Tal compreensão pode qualificar o trabalho profissional e vislumbrar as profundas desigualdades que são engendradas na sociedade brasileira, cuja a base é prioritariamente de pessoas pretas e pardas. Uma análise alicerçada na totalidade das relações sociais, em compreender a formação social deste país, a relação entre passado e presente na conformação das classes sociais.

Assimilamos que o debate étnico-racial não é meramente transversal ao debate das expressões da “questão social” na sociedade brasileira. E sim, constituinte e constitutivo das relações sociais no Brasil.

Nesta direção, ser coerente com o método marxiano, que sustenta nossas análises no campo do Serviço Social não supõe “recorte” de raça nem gênero na compreensão da classe trabalhadora brasileira e do segmento mais ultraexplorado pelo processo predatório do capital. Até mesmo porque se trata de um país forjado pelo colonialismo, de capitalismo dependente, que para se consolidar lançou mão por quase quatro séculos da escravização de africanos (as) e da exploração de suas riquezas, tecnologias e expertises, além de desumanização desses sujeitos e do estupro colonial (FORNAZIERA, T.; GONÇALVES, G; FÁVARO, T; 2023, p. 123-124).

Neste sentido, a formação sócio-histórica brasileira não deve ser ignorada pelos (as) assistentes sociais. Pelo contrário, devem fornecer subsídios necessários para compreender a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

complexidade da realidade social e a situação do público prioritário das políticas sociais. Na medida em que

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social (EURICO, 2013, p.295-296).

Temos clareza da profundidade dos desafios colocados à sociedade sob égide do capital, que se apropria das desigualdades, sobretudo, as raciais para se desenvolver. Assim, enfrentar o racismo se torna uma tarefa coletiva e implica em transformar as relações étnico-raciais. Apesar de não ser atribuição de uma profissão, “o Serviço Social, diante de todo acúmulo histórico e seu compromisso com as lutas sociais, tem todas as condições de contribuir no fortalecimento do debate e na construção de ações de combate ao racismo” (ABEPSS, p.11,2018; EURICO, 2017).

A publicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) intitulada “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, de 2018, destaca o avanço nas últimas décadas acerca da influência hegemônica do marxismo no Serviço Social brasileiro, bem como a direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora. “Essa construção, embora recente, nos deixa um importante legado de amadurecimento teórico-político e coloca o importante desafio, sobretudo às entidades dessa profissão, de construir táticas e estratégias de consolidação do projeto profissional crítico” (ABEPSS, 2018, p.10).

Com o objetivo de avaliar como tem sido a inserção do debate étnico-racial no Serviço Social, realizamos um levantamento de publicações em dez periódicos da categoria profissional a saber: Serviço Social & Sociedade, Katálysis, Argumentum, Em Pauta, Ser Social, Temporalis, Libertas, Emancipação, O Social em questão e Serviço Social em Perspectiva, com as seguintes palavras-chave: questão racial, racismo e questão étnico-racial. Nessa breve pesquisa, localizamos 134 artigos, realizada em julho de 2024. Neste sentido, avaliamos que existe uma significativa produção no Serviço Social acerca do debate étnico-racial, principalmente a partir de 2018, e vários trabalhos publicados recentemente (2023-2024), dentre os aspectos trazidos, destacamos, por exemplo: a formação profissional e o debate da questão racial, genocídio da população negra brasileira, a formação antirracista, Estado, capitalismo dependente e racismo no



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Brasil, as cotas raciais, e o racismo e a pandemia, entre outros. É necessário salientar que dado os limites deste trabalho, não nos debruçamos analisá-los em sua integralidade, no que se refere, por exemplo, a perspectiva teórico-metodológica, entre outros aspectos abordados.

Quadro I – Quantitativo de trabalhos localizados em periódicos do Serviço Social, com os descritores: questão racial, questão étnico-racial e racismo.

<b>Revista</b>	<b>Vinculação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Anos das publicações</b>
Serviço Social & Sociedade	Editora Cortez	17 artigos	Sendo um artigo em 2013 e outro em 2015. Os demais a partir de 2018.
Katálysis	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	26 artigos	Sendo um artigo em 2017. Os demais a partir 2018.
Argumentum	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	13 artigos	Sendo todos os artigos a partir de 2017.
Em Pauta	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	11 artigos	Sendo um artigo em 2010 e outro em 2015. Os demais a partir de 2020.
Ser Social	Universidade de Brasília (UnB)	14 artigos	Sendo um artigo em 2015 e os demais a partir de 2018.
Temporalis	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	19 artigos	Sendo dois artigos de 2014. Os demais a partir de 2019.
Libertas	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	13 artigos	Sendo dois artigos em 2013 e os demais a partir de 2021.
Emancipação	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	03 artigos	Sendo um artigo em 2013 e o último publicado em 2024.
<b>Revista</b>	<b>Vinculação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Ano das publicações</b>
O Social em questão	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	08 artigos	Sendo um artigo de 2006, os demais a partir de 2014, sendo último publicado em 2020.
Serviço Social em Perspectiva	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	10 artigos	Sendo todos os artigos a partir de 2020.

Fonte: elaboração própria em julho de 2024.

Dessa forma, inegavelmente tivemos um aumento na produção da categoria profissional no tange ao debate da questão étnico-racial, nos últimos anos. Isso não significa que ainda não tenhamos aspectos para avançar, ao contrário, na medida em que a sociedade e a realidade estão em contínua transformação, fazem necessários novos estudos para compreender a complexidade do real.

Além da análise dos periódicos do Serviço Social, a publicação da ABEPSS (2018, p.10) também destaca a aprovação do Código de Ética de 1993, que “demarca em seus princípios um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação” e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. “Em 2010, a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”.

Porém, destaca a necessidade de ampliações das ações no campo da luta antirracista no Serviço Social, na medida em que “o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional (ABEPSS, 2018, p. 11). Logo,

Considerando que a questão étnico-racial se constitui com elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016) Dias Almeida (2015), dentre outras (ABEPSS, 2018, p. 19).

## Considerações finais

É primordial uma análise que busque os fundamentos do racismo na sociedade brasileira. Para esta reflexão é imprescindível considerar a colonização, a escravidão, a inserção periférica no modo de produção capitalista e as demais mediações deste processo. Nesse sentido, é se apropriar de uma perspectiva que assinala nos termos de Almeida (2018, p.15-16) que o “racismo é *sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

política da sociedade. (...). O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

Os indicadores e a literatura sustentam a tese de que o debate do racismo na sociedade brasileira é essencial, além de expressar que a democracia racial realmente é um mito e trouxe inúmeras consequências negativas para a população brasileira, por ocultar os conflitos raciais e expressar uma falsa ideia de harmonia.

Nesse processo, o Serviço Social tem cada vez mais incorporado em suas pesquisas a questão racial, compreendendo-a como um elemento estrutural e estruturante das relações sociais e na configuração da classe trabalhadora brasileira. Além disso, tem trazido o debate racial em campanhas, subsídios e demais materiais construídos pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), e também pela ABEPSS. O objetivo deste debate está em buscar elementos para uma formação e um exercício profissional que considere a forma como as relações sociais foram estabelecidas na sociedade brasileira. Além disso, o quanto essa configuração nos forja como pessoas e como classe trabalhadora, e que compreenda a questão étnico-racial para além da negação dos direitos de cidadania, ainda que estes sejam importantes, trata-se da impossibilidade de viver em sentido ampliado, o exige, portanto, uma luta antirracista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social**, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

COSTA, Emília Viotti. **Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

EURICO, Márcia Campos. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. In: **SER Social**, Brasília, v.19, n.41, p.414-427, jul.-dez./2017.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p.290-310 abr./jun.2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** / Volume I 3.ed. – São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** / Volume II 3.ed. – São Paulo: Ática, 1978b.

FORNAZIERA, Thales.; GONÇALVES, Gleyka; FÁVARO, Tereza. “Em passos firmes, linha reta” \*: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v.146 (1), p. 118-138, 2023.

GOMES, Mariana Selister. **A construção da democracia racial brasileira**: o nordeste de Gilberto Freyre e Rio Grande do Sul de Dante de Laytano. Vestígios do passado – a história e suas fontes. In: IX Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul, 2008.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial**: sobre as entranhas do racismo no Brasil, 2011. Disponível em: [https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial\\_finalc3adssima\\_2011.pdf](https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf) Acesso em: 29 de julho de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 37.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Conservadorismo e Serviço Social. In: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm\\_2024\\_jan.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2024_jan.pdf) Acesso em 29 de julho de 2024.

IPEA/FBSP. **Atlas da violência 2023**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – [et al.] – 4ª Ed. – Brasília: Ipea, 2011. Com a participação de ONU Mulheres, Secretaria de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. In: **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano X, Nº XIX, agosto/2017.